



ENSINO REMOTO E DIREITO À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Maria Laura Dantas da Silva¹, Nayara Tatianna Santos da Costa²

RESUMO

Esta pesquisa buscou de modo geral investigar e conhecer os documentos normativos lançados no período de pandemia, em especial aqueles que tratam da Educação Básica e Superior na Paraíba, refletindo sobre as possibilidades abertas para regulação do ensino remoto, e as implicações na garantia do direito à educação de qualidade socialmente referenciada. Tendo se dedicado ainda a mapear as estratégias adotadas pelas IFES e pela Secretaria de Estado da Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, por meio da análise dos documentos oficiais editados ao longo da pandemia no âmbito nacional, estadual e institucional na Paraíba. A análise se deu a partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa e de caráter documental, partindo da perspectiva de análise de conteúdo de Bardin. De acordo com os resultados obtidos, houve a adoção de uma série de estratégias no âmbito estadual e institucional, alinhando-se institucionalmente, no sentido de prever ações de planejamento contínuo e flexibilização em decorrência das condições epidemiológicas encontradas através do avanço/recuo dos números em relação ao contágio e das medidas indicadas pelas autoridades sanitárias. E o ensino remoto, aparece entre outras estratégias como ação predominante utilizada para assegurar o direito à educação, mesmo que havendo certa resistência inicial, revelando a adoção de práticas alinhadas à concepção do ensino remoto como necessidade.

Palavras chave: Direito à Educação, Ensino Remoto, Covid-19.

¹ Estudante de Licenciatura em Física, UFPA-CES. (maria.laura@estudante.ufpa.edu.br)

² Professora Adjunta da UFPA-CES. (nayara.tatianna@professor.ufpa.edu.br)



REMOTE EDUCATION AND RIGHT TO EDUCATION IN THE CONTEXT OF PANDEMIC

ABSTRACT

This research aimed in general to investigate and know the normative documents launched in the pandemic period, especially those dealing with Basic and Higher Education in Paraíba, reflecting on the open possibilities for regulating remote education, and the implications in guaranteeing the right to socially referenced quality education. Having also dedicated himself to mapping the strategies adopted by THE IFES and the State Secretariat of Education Science and Technology of Paraíba, through the analysis of official documents edited throughout the pandemic at the national, state and institutional levels in Paraíba. The analysis was based on a qualitative approach of research and documentary character, starting from the perspective of content analysis of Bardin. According to the results obtained, there was the adoption of a series of strategies at the state and institutional levels, aligning themselves institutionally, in order to predict continuous planning and flexibilization actions due to the epidemiological conditions encountered through the advance/recoil of the numbers in relation to contagion and the measures indicated by the health authorities. And remote teaching appears among other strategies as a predominant action used to ensure the right to education, even if there is some initial resistance, revealing the adoption of practices aligned with the conception of remote education as a necessity.

KEY-WORDS: Right to Education, Remote Education, Covid-19.